

1

ATA 261

2 Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, às quatorze horas, realizou-se
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em
4 sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de
5 Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais:**
6 Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza, Josemar Severino (Secretaria
7 Municipal de Assistência Social); Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria,
8 Comércio, e Qualificação Profissional); Vanduire Arcoverde da Siva (Secretaria
9 Municipal de Administração e Assuntos jurídicos); Cláudia Daniela Coneglian
10 (Secretaria Municipal de Educação) **Os conselheiros titulares não governamentais:**
11 José Geraldo Berger (Entidades de Proteção Social Especial de Alta Complexidade);
12 Adrianis Galdino da Silva Junior e Lúcia Pereira Wolf (Profissionais da Área de
13 Assistência Social); Cléber Paula Santos e Lilian Klimiont (Entidades de Proteção
14 Social Básica); Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro (usuários da assistência social). **Os**
15 **Conselheiros governamentais suplentes:** Taisa de Cassia Gomes (Secretaria
16 Municipal de Assistência Social). **Justificativa de ausência:** conselheiro Marcelo
17 Safraid e conselheiro Cesar Petrônio Mendes. **Apreciação e Aprovação da Pauta:** 1-
18 Informes Gerais; 2-Apreciação do parecer da Comissão de Realização da Conferência
19 Municipal de Assistência Social; 3-Apreciação do Parecer da Comissão de
20 Acompanhamento do SUAS e do FMAS sobre os seguintes assuntos: 3.1- Análise dos
21 Projetos da Assarte a APACD acerca dos recursos do SUAS para o ano de 2015; 3.2-
22 Análise do Plano de Gastos dos Recursos Federais da Gerência de Proteção Social
23 Especial para o exercício de 2015; 4-Apreciação do Parecer da Comissão de
24 Monitoramento e Análise de Projetos sobre os seguintes assuntos: 4.1- Resposta ao
25 Ofício/CMAS nº 7/2015 da Colmeia Espírita Cristã Abegail; 4.2- Solicitação de alteração
26 do Plano de Aplicação e Proposta de um novo projeto da Jocum; 4.3- Discussão sobre
27 o atendimento da demanda deixada com o fechamento da unidade Jardim Três Rios
28 do SCFV do SOS. Presidente Beatriz cumprimentou os presentes, fez a leitura da
29 pauta e colocou uma inclusão na pauta. Conselheiro Tierri colocou que será o item
30 quatro ponto três, sobre a reunião realizada ontem da comissão do fundo e do SUAS
31 sobre a análise da proposta de reprogramação dos recursos do SUAS da proteção
32 social básica e especial. Conselheira Lúcia colocou que gostaria de trinta segundos
33 para manifestar um sentimento e um posicionamento enquanto cidadã e representante
34 dos psicólogos, a situação que vivem nossos colegas, servidores públicos e
35 professores, o sentimento que sente em vários momentos, onde o diálogo infelizmente
36 não acontece, colocou que vê isso melhor que a vinte anos atrás, mas é em nível
37 municipal em nível estadual em nível federal, a falta de diálogo e a questão do poder,
38 seja ele qual for, acompanhou notícias muito tristes está desolada porque noticiam
39 coisas que não são e daí a culpa é de não sei quem, mas confessa enquanto
40 permanecer representante do Conselho Regional de Psicologia aqui nesse conselho,
41 ultimamente não, mas no início principalmente, não levei bala de borracha nem uma
42 agressão física, mas muitas vezes saí indignada e sua vontade muitas vezes é de
43 abandonar tudo, até porque não se considera capaz, se considera ignorante no que se
44 refere as políticas públicas e assistência social, mas não é ignorante quando vê falta
45 de diálogo, falta de democracia onde o ser humano e as suas necessidades não são
46 levadas em consideração, pediu desculpas emocionalmente, está fragilizada com tudo

47 que está acontecendo, gostaria de estar junto com as pessoas que vão apoiar tudo
48 isso, mas tem medo de manifestações políticas e das pessoas que aproveitam esse
49 momento, sejam de direita, sejam de esquerda, sejam do centro, sejam do que for,
50 nesse momento são donos da verdade e aí tudo não aconteceria se não fosse o tal
51 governador, enfim, a questão é que ultrapassou os limites, estava em Curitiba
52 domingo e vi que realmente não precisava tudo isso, a polícia precisa proteger os
53 cidadãos e só intervir quando tem baderneiros, mas a notícia que acaba saindo é que
54 todos são baderneiros, como eu ouvi essa palavra no início desse conselho, que eu
55 era da oposição, que eu estava aqui não para contribuir e sim para fazer bagunça,
56 então, não tem como isso não mexer comigo enquanto representante nesse conselho,
57 desculpe, até às vezes não aguento ficar e saio, a questão é de muito coração.
58 Conselheiro Adrianis colocou são duas inclusões de pauta, primeiro a discussão sobre
59 o parecer do CEU, um parecer que tem que ser dado e depois precisamos de
60 informações sobre mudanças que ocorreram no quadro administrativo da secretaria de
61 assistência, seria bom que os conselheiros tomassem ciência sobre essas mudanças,
62 quem está em cada cadeira, acho esses dois pontos importantes. Conselheiro Tierri
63 colocou que pode ser discutido isso nos informes. Presidente Beatriz falou vamos a
64 aprovação ou não da pauta com as inclusões citadas. Conselheiro Tierri aprovou com
65 as três inclusões, Conselheira Vanduirea aprovou, Conselheira Lucia colocou que
66 acabou se adiantando, pediu licença e já falou, Conselheira Claudia aprovou,
67 Conselheiro Adrianis aprovou, Conselheiro Josemar aprovou e a Presidente Beatriz
68 aprovou com as três inclusões. **Todos aprovaram.** Apreciação e aprovação das atas
69 259 e 260. Conselheiro Tierri colocou que não sabe porque esse assunto está na
70 pauta. Conselheiro Josemar colocou que as atas chegaram em seu e-mail. Presidente
71 Beatriz colocou que em seu e-mail também chegou foi por isso que fez essa leitura.
72 Alguns conselheiros falaram que receberam e outros conselheiros que não receberam.
73 Presidente Beatriz colocou que ficará para a próxima reunião porque alguns não
74 receberam as atas por e-mail, informes gerais: Conselheiro Tierri colocou que a
75 conselheira Mercedes veio conversar antes da reunião e queria pedir a palavra.
76 Conselheira Mercedes colocou que seu relato sobre a escola dos autistas APROAUT:
77 tem um neto autista, está desde os três anos na escola, nas férias saiu das fraldas, ele
78 era uma criança calma, foi para escola e vem brabo, parece machucado, vem com as
79 calças toda urinada, também teve uma mãe que tem dois filhos autistas que veio da
80 Bahia, ela viu uma professora batendo na criança, não quis levar para frente,
81 resumindo, ela não quis mais os filhos na escola porque não confia e está com os
82 filhos em casa, eles são crianças que não falam, não sabem se defender, falou que
83 não tem estudo, mas tem o estudo que Deus deu e as pessoas devem ter carinho e
84 gostar daquilo que fazem, pegar uma criança para cuidar, é isso que está
85 questionando, ver o que está acontecendo, ontem seu neto não estava muito bom e a
86 mãe perguntou se ele queria ir para a escolinha e ele respondeu que não, e daí vem
87 brabo e todo urinado, sendo que em casa, nas férias era uma outra criança, calmo,
88 tinha saído das fraldas, estava indo no banheiro e da escola vem todo urinado, alguma
89 coisa está acontecendo, disse que vai brigar até o fim e que todas as crianças que
90 estão ali não sabem falar e não sabem se defender. Conselheira Lucia questionou se
91 é uma denúncia que está fazendo. Conselheiro José Geraldo colocou que a mãe já
92 deveria ter feito essa denúncia, por ela ser omissa ninguém sabe o que acontecendo,

93 talvez não quisesse se envolver, isso é uma coisa grave, teria que ter feito a denúncia.
94 Presidente Beatriz questionou se ela procurou a escola, se procurou a equipe.
95 Conselheira Mercedes respondeu que ela procurou levar adiante e até a Ana Duda
96 sabe da história, ela ia levar adiante, segundo ela, falou que recebeu ameaça da
97 escola, que se ela levasse adiante a escola iria fechar, então, não quis ir adiante e
98 tirou os filhos da escola, como confiar um filho à escola que pegou a professora
99 batendo. Conselheiro Adrianis colocou que tem questões que devem ser ponderadas,
100 primeiro: essa entidade tem serviço social ativo e o serviço social deve imediatamente
101 avaliar essas questões junto com as mães, ao que lhe consta a Ana Duda nesse
102 momento é coordenadora do departamento de deficiente, ela deveria ter encaminhado
103 essa demanda para o Conselho da Criança e do Adolescente ou para o Conselho do
104 Deficiente que é o conselho responsável, primeiro por que é uma criança e depois
105 porque é portador de deficiência, se houve da parte da entidade coação tem que dar
106 nomes aos bois, quem coagiu? o presidente? a diretora? o serviço social? quem
107 coagiu? falar para que se possa tomar uma providência, o nome da professora e se
108 você achar também que há dolo deve fazer um boletim de ocorrência contra a
109 instituição, porque será aberta uma sindicância e vai ter que apurar, a comissão de
110 monitoramento de projeto pode já instaurar uma denúncia e pedir informações para a
111 instituição. Conselheiro Tierri colocou que cabe a comissão de monitoramento visitar a
112 entidade e questionar todos esses fatos. Conselheira Mercedes falou que deve-se
113 ouvir a mãe dessa criança. Conselheiro Adrianis colocou que o CMAS discutiu a
114 APROAUT ano passado com muitos cuidados nesse conselho porque a APROAUT
115 passava por um momento muito difícil, haviam perdido uma assistente social porque
116 estavam sem recursos, foi conseguido, a partir de um trabalho, voltar o serviço social
117 com duas assistentes sociais esse ano, a instituição está num processo de
118 reestruturação, era essa a informação que tínhamos. Conselheiro Tierri colocou que
119 quando o CMAS aprovou um aporte maior de recursos para a APROAUT no ano
120 passado e para APACD, com per capita diferenciado, foi justamente por isso,
121 pensando nos usuários que são bem mais complexos, com múltiplas deficiências, por
122 isso foi sugerido esse aumento do per capita para melhorar o serviço como um todo,
123 esta é uma denúncia que causa estranheza num primeiro momento para todos, pois é
124 uma entidade que trabalha na área há muitos anos. Conselheira Mercedes colocou
125 que seu neto é como seu filho e que tem fotos que ele aparece assim, têm provas, ela
126 disse que se estivesse numa escola e não tivesse capacidade, não tivesse paciência
127 para cuidar, então ela cairia fora. Conselheira Claudia questionou se é a mesma
128 professora? Conselheira Mercedes respondeu que não é a mesma do João.
129 Conselheiro Cleber colocou que uma das coisas que a conselheira está fazendo é
130 oficializando a denúncia e se ela já pensou em fazer um boletim de ocorrência dessa
131 situação ou não. Conselheira Mercedes respondeu que do seu neto, sim. Conselheiro
132 Cleber indagou se já fez ou vai fazer. Conselheira Mercedes falou que ainda não fez,
133 mas vai fazer. Conselheiro Cleber colocou que tem que fazer o boletim de ocorrência
134 porque será possível dar encaminhamento a situação, como papel do conselho, é um
135 processo um pouco burocrático, mas com um boletim de ocorrência, deverá ter um
136 parecer técnico mais profundo de toda situação. Conselheira Mercedes colocou que
137 vai conversar com a mãe dessa criança e se alguém quiser ir com ela, porque ela está
138 com os dois filhos em casa, eles tem um autismo mais severo. Conselheiro José

139 Geraldo colocou que enquanto não houver essa denúncia os fatos continuarão.
140 Conselheiro Tierri colocou que é uma denúncia pública aqui no conselho porque vai
141 consignada em ata. Conselheiro Tierri, na sequência aos informes gerais, fez a leitura
142 do ofício enviado pelo conselheiro Anderson solicitando seu desligamento do CMAS a
143 partir de 25 de abril, pois passou a fazer parte do quadro de servidores da PMPG e
144 deixou a ABASE/Casa do Piá, perdendo a legitimidade como conselheiro não
145 governamental. O conselheiro Tierri colocou que a conselheira Lilian passa a ser a
146 nova titular representando a proteção social básica. Conselheiro Adrianis falou que
147 quer fazer uma menção honrosa ao Conselheiro Anderson, ele é um dos assistentes
148 sociais mais imbatível que conheceu, ele, de fato, tem uma teoria e uma prática
149 afinadíssima, consegue pontualmente administrar as duas coisas, isso é um pouco
150 raro nos dias de hoje, faço votos de que ele tenha um bom empenho, um bom
151 caminho junto agora à Prefeitura de Ponta Grossa, na secretaria de saúde, a
152 secretaria de saúde ganha um excelente técnico e um trabalhador da área que de fato
153 fará a diferença, que ele seja afortunado. Conselheiro Tierri colocou que com o
154 desligamento do conselheiro Anderson o CMAS completa três conselheiros não
155 governamentais sem suplentes, foi eleita uma comissão, o Anderson fazia parte dessa
156 comissão, para programar as eleições para estes três novos conselheiros suplentes,
157 ainda há um ano de mandato desse conselho e é importante essa representação.
158 Dando sequência aos informes o plano de ação de dois mil e quinze que já está
159 disponível para preenchimento do órgão gestor e o conselho tem que avaliar o plano
160 até o dia trinta e um de maio (31/05), portaria MDS (625/2010) *“Art. 2º O Plano de*
161 *Assistência Social, previsto no inciso III do artigo 30 da Lei nº 8.742, de 1993, deverá*
162 *ser desdobrado em instrumento informatizado de planejamento denominado Plano de*
163 *Ação, constante do SUAS Web, utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e*
164 *Combate à Fome - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações*
165 *relativas às transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do*
166 *cofinanciamento federal da assistência social”*. Estabelece ainda que *“As informações*
167 *contidas no Plano de Ação deverão estar em consonância com o Plano de Assistência*
168 *Social dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios”*. Então, somente para
169 situar os conselheiros: os municípios, estados que receberam co-financiamento federal
170 para aprimoramento da gestão e para os serviços sócio assistenciais da proteção
171 básica e especial e os contemplados com a expansão dos serviços sócios
172 assistenciais e co-financiados pelo governo federal devem preencher esse plano até
173 hoje e apresentar para o conselho, o conselho chama a reunião da comissão do fundo
174 e do SUAS que faz a análise dos gastos realizados no ano anterior, é uma demanda
175 para próxima reunião do mês de maio. Conselheiro Adrianis pergunta se já está
176 pronto. Conselheiro Tierri responde que não sabe, provavelmente sim, pois a Sandra
177 que é a responsável. Conselheiro Adrianis colocou que poderia mandar para uma
178 leitura prévia, no ano passado ele ajudou a avaliar e como a comissão não tinha lido
179 antes ficou patinando, teve que ser explicado rubrica por rubrica, então encaminha via
180 e-mail. Conselheiro Tierri falou que hoje é o último dia para a gestão preencher, para
181 análise do CMAS tem mais um mês. Outro informe é a divulgação pelo MDS que o
182 pacto de aprimoramento do SUAS, previsto na NOB é um instrumento pelo qual se
183 materializa as propriedades e as metas nacionais no âmbito do SUAS e se constituem
184 em mecanismo de indução do aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos

185 serviços, programas, projetos e benefícios de transferência de renda no âmbito de
186 assistência social, esse pacto é um documento que o município assinou e tem
187 algumas metas que precisam ser cumpridas até dois mil e dezessete (2017); no
188 primeiro ano - dois mil e treze (2013) - o pacto começou a ser planejado, algumas
189 metas ainda não foram cumpridas e outras já foram cumpridas, o prazo é até dois mil
190 e dezessete para essas metas sejam cumpridas, o pacto está disponível na internet,
191 site do MDS, para quem quiser se aprofundar melhor, mas resumidamente vou ler as
192 principais metas e se já foi atendido ou não: 1- acompanhar pelo PAIF famílias com
193 meio salário mínimo registrados no CAD SUAS, a meta é duas mil quatrocentos e
194 setenta e cinco, atingindo duas mil duzentos e doze, a meta não foi atingida; 2-
195 acompanhar pelo PAIF as Famílias com menos integrantes com BPC, são
196 quatrocentas e dezoito, atingimos oitenta e sete, ainda não foi atingida; 3- inserir no
197 CAD Único beneficiários do BPC, são dois mil quinhentos e nove, está inserido dois
198 mil e cinquenta e seis, meta não atingida; 4- acompanhar pelo PAIF as famílias
199 beneficiárias do Programa Bolsa Família, são novecentas e oito, o PAIF acompanhou
200 quinhentas e dezenove, meta ainda não foi atingida; 5- ampliar a cobertura da
201 proteção social básica em município de grande porte, a meta são cinco CRAS, coloca
202 que tem nove, mas são dez, a meta foi atingida; 6- aderir ao Programa BPC na Escola,
203 o município aderiu, então a meta foi atingida; 7- ampliar a cobertura do PAEFI nos
204 municípios com mais de vinte mil habitantes, a meta são dois CREAS e hoje tem três,
205 então a meta foi atingida; 8- acompanhar pelo PAEFI famílias com violação de direitos
206 recorrentes do uso de substâncias psicoativas, três CREAS devem ofertar o serviço,
207 hoje dois CREAS ofertam, meta não atingida; 9- desprecarizar os vínculos trabalhistas,
208 garantir a duzentos e cinquenta e seis trabalhadores de nível médio e superior serem
209 empregados públicos, estatutários ou celetistas, o resultado são cento e oitenta e dois
210 trabalhadores, meta atingida; 10- estruturar a secretaria com formalização de áreas
211 essenciais, garantir pelo órgão gestor que tenha em sua estrutura proteção social
212 básica, especial, média e alta complexidade, gestão financeira e orçamentária, gestão
213 de benefícios assistenciais, transferência de renda, gestão do SUAS com competência
214 em gestão do trabalho, regulação do SUAS e vigilância socioassistencial, ainda não
215 possuímos toda essa estrutura, algumas sim, então a meta não foi atingida; 11-
216 adequar a legislação municipal ao SUAS, isso ainda não foi feito; 12- ampliar a
217 participação dos usuários e trabalhadores do SUAS nos conselhos municipais de
218 assistência, o CMAS tem quatro representantes de usuários e organizações e cinco de
219 trabalhadores, então a meta foi atingida; 13- regularizar o conselho municipal de
220 assistência como instância do controle social do Programa Bolsa Família, só que hoje
221 existe uma instância exclusiva de controle do Bolsa Família, então não atingimos a
222 meta. Essas são todas as metas do pacto de aprimoramento, algumas atingidas e
223 outras não. Conselheiro Adrianis colocou que lhe chamou a atenção que era
224 necessário atender novecentas famílias, se tem dez CRAS em funcionamento porque
225 não foram atingidas as novecentas famílias? Há uma disparidade ou os CRAS não
226 tem equipe, não tem o que é necessário para fazer a busca ativa ou o lastre é maior,
227 se temos dez CRAS funcionando a cobertura deveria ser de novecentas famílias não
228 tem motivo, mesmo os outros números, todos eles são o conta de uma regressão da
229 política e não de uma progressão, é a proposta da conferência avaliar o pacto de
230 aprimoramento da gestão, os dados dão conta de que o município avançou em áreas

231 que dependem de financiamento federal somente, aquilo que depende de
232 financiamento municipal não foi alcançado, que é justamente equipamentos, foi
233 alcançado o teto de funcionários com concurso agora. Conselheiro Tierri lembrou que
234 o pacto coloca nível superior e médio, no nível médio há muitos trabalhadores, se
235 fosse técnico ainda não foi atingido, mas os níveis médios, motoristas e
236 administrativos foi conseguido atingir a meta. Outro informe: foi solicitado na reunião
237 de terça feira da comissão a ata e a lista de presença da reunião que foi realizada no
238 sábado passado pelo SOS na comunidade do Três Rios para tratar do fechamento da
239 unidade de contraturno, então, a documentação solicitada já chegou. Sobre as duas
240 inclusões de pauta com relação ao CEU, na última plenária de dezembro foi aprovado
241 pelo CMAS o cronograma de mobilizações do CEU que seriam feitas até a abertura, o
242 conselheiro Josemar ficou responsável pela representação do CMAS nessas
243 mobilizações e deve apresentar um relatório dessas mobilizações para ser discutido
244 em conjunto com um parecer do conselho sobre o projeto do CEU como um todo.
245 Conselheiro Adrianis colocou que temos que emitir um parecer, um documento formal
246 avaliando as mobilizações, depois, temos que dizer se, de fato, o CEU cumpriu com os
247 passos, nós fizemos a primeira visita antes de inaugurar e temos que fazer visita
248 técnica após a inauguração, colocou que tem algumas dúvidas, como está organizada
249 a gestão do CEU hoje? Taisa respondeu que a gestão é feita pela secretaria de
250 assistência social, tem uma diretora que também é coordenadora do CRAS, isso foi
251 definido a partir de visitas realizadas nos CEUS de Pato Branco e Campo Largo, uma
252 das situações verificadas nestes locais é que normalmente o diretor é de uma
253 secretaria e o coordenador do CRAS é de outra e acontece muitos conflitos, porque
254 ainda não estamos capacitados para trabalhar compartilhando espaços. Conselheiro
255 Tierri indagou se o CEU é um programa? Taisa respondeu que o CEU é um programa
256 a ser compartilhado por três secretarias, por três políticas e também por outras
257 políticas que vão participar, mas há muitos conflitos porque as pessoas não estão
258 preparadas para trabalhar dessa maneira, então, por este motivo a secretaria de
259 assistência passou a coordenar totalmente e somente devido a esta coordenação
260 centralizada na SMAS é que o CEU foi inaugurado. A presidente Beatriz confirmou
261 esta colocação. Taisa lembrou que até então este projeto estava totalmente parado, o
262 espaço já estava praticamente pronto, alguns conselheiros comentaram que o espaço
263 já estava começando a se deteriorar, a população começou a utilizar, não tinha nem
264 como coibir essa utilização, como a população não se sentia parte do processo
265 começou a destruir o espaço que era deles, a assistência social acabou aceitando
266 esse desafio, tomou a frente e finalmente foi inaugurado, é um projeto do governo
267 federal, mas que tem uma burocracia enorme, com muitos entraves, com muitas
268 dificuldades para conseguir a inauguração e é só porque outros CEUS enfrentaram
269 todas essas situações que Ponta Grossa conseguiu inaugurar o nosso, se fosse seguir
270 todas as determinações também não conseguiríamos, porque é uma burocracia
271 enorme, até a licitação dos equipamentos, tudo tivemos que reiniciar, algumas itens
272 que foram adquiridos o próprio município teve que assumir o pagamento, por erros
273 administrativos, porque não tivemos essa orientação, como foram muitas pessoas que
274 assumiram e abandonaram, o processo ficou meio a deriva, a assistência social
275 assumiu e achou por bem colocar um diretor exclusivo da assistência social tanto para
276 o CEU quanto para o CRAS, há um conselho gestor que é tripartite, tem

277 representantes dos usuários, das entidades e do governo que define todas as ações
278 que serão desenvolvidas. Conselheiro Adrianis questionou qual foi o critério para
279 territorialização? Taisa respondeu que foi o mesmo utilizado para os CRAS, a área de
280 abrangência, as famílias mais próximas migraram, tem também o próprio estudo que
281 foi feito antes da construção, um estudo antigo, um projeto do Programa Atitude, foi
282 verificado que lá é o território de maior vulnerabilidade, foram utilizados esses mesmos
283 critérios. Conselheiro Adrianis colocou que viu a abrangência e ficou preocupado, há
284 lugares que os usuários tem que ir de ônibus para serem atendidos no CEU. Taisa
285 colocou que infelizmente isso acontece em todos os CRAS porque para atingir todos
286 os usuários o número de CRAS deveria ser muito maior. Conselheiro Tierrri colocou
287 que Ponta Grossa é uma cidade muito espalhada. Conselheiro Adrianis colocou que
288 para a assistência social chegar enquanto política pública, oxalá nós pudéssemos ter
289 um CRAS por bairro, um CMEI por bairro, uma escola por bairro, todos os
290 equipamentos públicos, um por bairro, essas pessoas não devem se demover de sua
291 territorialidade para ter acesso a alguns serviços. Conselheira Claudia colocou que
292 um CMEI por bairro tem, mas a cidade está muito grande. Conselheiro Adrianis
293 respondeu que é uma questão de planejamento urbano, agora, a passos contínuos, o
294 gestor público vai ter que chamar sua equipe de planejamento e repensar, fui na
295 inauguração achei super legal, a fluência de pessoas foi grande, mas vi a ausência
296 ainda da população. Taisa colocou que uma das situações no CEU principalmente,
297 dos CRAS também, procura-se fazer as ações dentro do horário do expediente, mas
298 normalmente nesse horário a população está trabalhando, busca-se trazer as
299 crianças, as mães, não é possível atingir todos nesse horário, de segunda a sexta das
300 oito às cinco da tarde, mas as ações do CEU são no final de semana também.
301 Conselheiro Adrianis: “acho que tem que encaminhar depois a documentação.”
302 Conselheiro Tierrri: “os marcos legais do CEU para a comissão analisar”. Conselheira
303 Vanduirea comentou que essa questão levantada é interessante, indagou se todos
304 conhecem os novos loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Ponta
305 Grossa. Conselheiro Adrianis: “sim, nem padaria tem.” Conselheira Vanduirea colocou
306 que as políticas públicas têm que ir onde está o povo, não adianta fazer um território
307 muito grande porque a pessoa tem que pegar um ônibus, vai inviabilizar, se escola é
308 possível ter em cada bairro, CEU e CRAS também pode ter, é uma questão para
309 estudar, em cada loteamento tem três mil pessoas, quinhentas casas, então não tem
310 como você fazer um território muito grande, vão entregar agora em julho três mil casas
311 para o lado do Rio Verde, Costa Rica 1, 2 e 3, mil e quinhentas casas. Taisa colocou
312 que parece que a política da habitação já tem alguma coisa definida em relação a isso,
313 que se passar de mil famílias é possível, com recurso da habitação, construir um
314 CRAS, essa é a nossa esperança. Conselheiro Cleber colocou que boa parte dos
315 projetos sociais discutem a questão de falta do transporte, os usuários não acessam
316 os serviços e a maioria dos projetos não estão localizados nas áreas de risco, é uma
317 questão que precisa ser discutida, onde os projetos são localizados, territorialização,
318 são questões muito importantes, começa a ter uma evasão muito grande que é o que
319 está acontecendo com os projetos de contra turno é essa questão do transporte.
320 Conselheiro Adrianis lembrou que a SMAS descentralizou o CadÚnico, colocando que
321 insistentemente dizia que concentrar esse serviço aqui no centro é um pecado, a
322 pessoa sai lá do fim do mundo chega aqui o funcionário diz a senhora esqueceu a

323 assinatura do marido, daí ela volta embora mas só tinha dinheiro para aquele dia, a
324 Taisa atendeu muitos telefonemas que dizia não dá, os serviços tem que estar
325 próximo da população, o CRAS, a gente bate na questão que é a porta de entrada
326 para todos os benefícios da assistência, por isso, graças a Deus agora todos os CRAS
327 tem, salvo o CRAS Paraíso, os demais estão todos aptos para atendimento do
328 cadUnico. Conselheiro Josemar colocou que felizmente agora todos os CRAS estão
329 com internet. Conselheiro Tierri colocou como último informe que está assumindo a
330 divisão de alta complexidade da gerencia especial, vai focar principalmente na questão
331 dos abrigos públicos, a divisão de alta complexidade tem dezenove entidades - os
332 acolhimentos e ILPIS, é um trabalho de organização que pretende fazer a partir de
333 agora juntamente com as entidades, em visita no Escritório Regional já lhe foi
334 colocado umas questões de atendimentos das entidades, talvez não esteja de acordo
335 como deveria ser, principalmente trabalhar nessa parte, é uma mudança estrutural da
336 secretaria. Conselheiro Adrianis falou que não é concursado, mas passa maior tempo
337 aqui do que em outros lugares. Presidente Beatriz passou ao item três, apreciação e
338 parecer da comissão da organização da conferencia municipal de assistência social.
339 Conselheiro Tierri colocou que a comissão se reuniu na segunda feira, vinte e sete
340 para dar andamento a realização da conferencia, os assuntos tratados dizem respeito
341 aos orçamentos que já foram apresentados para realização da conferencia e também
342 os três informes que estão disponíveis na internet, quanto ao informe numero três
343 sobre a acessibilidade que deveria estar disponível na conferencia, é uma questão
344 importante, a inclusão que deveria ser feita, mas não sabe se todas as prefeituras
345 estão aptas, por exemplo, impressão de dois por cento do material em braile em fontes
346 aumentadas, não sabe se em Ponta Grossa tem alguma gráfica apta à impressão em
347 braile. Alguém informa que na Manarim tem. Conselheiro Tierri colocou que o informe
348 número 1 trata do conteúdo da conferencia, o mais importante seria o sub tema dos
349 grupos de trabalho que isso não foi determinado pelo Conselho Nacional, mas com o
350 tema Consolidar o SUAS de Vez Rumo a 2026 e com o lema: Pacto Republicano no
351 SUAS rumo a 2026, o SUAS que temos e o SUAS que queremos, no final o
352 documento resume bem qual é o foco dessa conferência: no processo de conferência
353 de assistência social dois mil e quinze teremos o desafio de ir além dos resultados
354 alcançados pelas conferencias antecessoras e projetar o direcionamento da política
355 para os próximos dez anos para construção de diretriz para o plano decenal de dois
356 mil e dezesseis à dois mil e vinte e seis, devemos nos guiar uma visão de futuro e
357 partir da reflexão acerca dos assertos e superações que as conferencias anteriores e a
358 experiência de implementação do SUAS nos proporcionaram, esses debatem não
359 devem omitir a reflexão crítica sobre o posicionamento da sociedade brasileira frente
360 ao patamar que o país já atingiu na provisão da proteção social, isso porque as
361 conquistas alcançadas não representam consenso e são ainda permeadas pelo
362 preconceito nessa perspectiva extremamente importante a mobilização dos diversos
363 setores engajados na política e a garantia de direito para a defesa do patamar já
364 atingidos e continuidade do avanço na área, assim, o processo das conferências
365 mobilizarão nacionalmente as discussões em torno do SUAS que temos e do SUAS
366 que queremos e apontar rumos para o amadurecimento da política, convidamos o
367 delegado para participação protagonista para o resultado desse processo, que
368 possam expressar a realidade das diversas localidades brasileiras e construir

369 diretrizes para a política, aderentes a realidade projetada para os próximos dez anos.
370 O SUAS é uma conquista civilizatória de todos e para todos, a grande mudança,
371 digamos assim, com relação às conferências passadas é que o grande foco era aquilo
372 que já foi realizado e toda conferência se resgatava deliberações de conferências
373 anteriores, o que foi feito e o que não foi feito e pelo o que eu entendi da leitura o foco
374 dessa vez é um planejamento, claro tem como base aquilo que já foi realizado, até o
375 informe dois que diz respeito a uma questão mais organizacional da conferência, tem
376 uma fala que eles colocam que é esse resumo das conferências dos anos anteriores,
377 daí realmente faz uns avanços, concurso público, por exemplo, que foi uma bandeira
378 da última conferência e hoje finalmente conseguimos realizar, a secretaria conseguiu,
379 nesse momento vamos resgatar o histórico de deliberações, o foco principal da
380 conferência esse ano será um planejamento futuro daquilo que está por vir. Em
381 relação aos orçamentos para realização, a comissão pensou em algumas alterações,
382 hoje recebemos quatro orçamentos de locação do espaço, questão técnica de
383 datashow, microfone e três coffee breaks, os valores são um pouco altos, por
384 exemplo, no Vila Velha para dois dias com tudo isso é dezenove mil, trezentos e trinta,
385 no Barbur, dezesseis mil e setecentos, no Slaviero, quinze mil, novecentos e setenta e
386 no Kirian, dezessete mil e novecentos, devido aos valores apresentados, a comissão
387 sugeriu que a abertura da conferência fosse realizada num espaço público, isso
388 reduziria os valores finais totais, tanto de aluguel como de coffee break, seria um
389 aluguel a menos, é possível realizar a abertura da conferência como foi na conferência
390 passada, credenciamento e formação da mesa, a fala do presidente do conselho, do
391 secretário, as falas formais e uma palestra inicial, isso era a ideia do primeiro dia, isso
392 poderia ser feito no Teatro Ópera, seria apenas uma palestra e no outro dia que seria
393 o dia dos trabalhos, daí sim, num espaço mais apropriado. A questão das salas foram
394 retiradas dos orçamentos justamente por essa dificuldade de não ter um espaço com
395 várias salas, a ideia, claro todos tem que aprovar, seria a questão realmente de um
396 espaço e outro para os grupos, utilizar a Unidade de Produção de Alimentos da SMAS
397 para um lanche simples, para baratear o preço. Conselheira Lucia questionou se foi
398 visto alguma instituição de ensino superior ou médio. Conselheiro Tierri respondeu que
399 não, foi discutido o Teatro Ópera. Conselheira Lucia colocou que tem as instituições
400 de ensino, dependendo da data, UEPG, CESCAGE. Presidente Beatriz colocou que a
401 questão é a logística, quando você vai para um hotel esse café já é servido, a limpeza
402 já é realizada e quando você ocupa esses espaços cedidos, o que isso envolve? é
403 muita gente. Conselheiro Tierri colocou que poderia ser feito no ginásio do deficiente,
404 mas quem iria levar as cadeiras? quem iria montar? Desmontar? essa logística é
405 complicada, mas um dia apenas de aluguel com abertura em outro local que daí não
406 tem uma demanda muito grande, já diminui o preço. A questão a ser aprovada hoje
407 seria essa de reduzir, fazer uma coisa mais simples, esse é o parecer da comissão.
408 Conselheiro Adrianis colocou que sabe que as conferências não devem ter essa área
409 de luxo, a conferência do idoso está bem enxuta, fizemos as três pré-conferências
410 com lanchinho da UPA, mas por trás dos panos, está a ausência de dinheiro para
411 fazer as duas conferências, não precisa nem se fazer de lustroso para dizer que não
412 tem dinheiro nem para confecção de material, mas eu não acho que de fato seja uma
413 regalia oferecer aos participantes, tanto aos usuários quanto aos trabalhadores
414 alguma coisa diferenciada porque as conferências, tradicionalmente, são também

415 momentos de discussão, depois, eu não acho consensual que ela seja separada,
416 vamos perder público, seguramente no segundo dia haverá esvaziamento certo, ou
417 fazemos tudo num lugar só, eu sou da comissão mas não estava, eu sugeri que
418 pudéssemos fazer num lugar só, vamos ao Teatro Ópera, fazemos tudo lá, por que
419 deslocar as pessoas para dois lugares diferentes é esvaziamento na certa.
420 Conselheira Cláudia colocou que há dois anos atrás teve a conferência municipal de
421 educação, foi na UEPG, eles emprestaram o auditório e algumas salas. Conselheiro
422 Tierri colocou que foi discutido, há aulas o dia todo. Conselheiro Adrianis colocou e se
423 fosse na UTF, a Regional foi na UTF e foi muito boa. Conselheiro Tierri colocou que a
424 conferencia será dia quatro e cinco de agosto, terça e quarta feira e já foi aprovado, a
425 questão da comissão era essa, seria essa pensar na redução desses custos.
426 Conselheira Claudia perguntou sobre os clubes. Conselheiro Tierri respondeu que o
427 Clube Verde não tem certidões negativas para participar de licitação, seria o preço
428 mais razoável. Conselheiro Adrianis colocou que tem o salão da rádio Santana onde
429 foi realizada. Conselheira Claudia questionou sobre a ACIPG. Presidente Beatriz
430 repondeu que lá o espaço é pequeno. Conselheiro Tierri falou que são trezentas
431 pessoas. Conselheiro Adrianis sugeriu a FAPI. Conselheiro Tierri questionou que fica o
432 mesmo local para os dois dias e verificar sobre a redução do coffee que aí abaixaria o
433 preço, mandamos o edital pra licitação, e quem se interessar vai aparecer.
434 Conselheiro Josemar colocou que se tiver um local que tenha alimentação, limpeza,
435 cadeiras, pode-se pegar a alimentação da UPA, aí não tem custo da alimentação e
436 nem com o espaço. Conselheiro Tierri propôs a retirada do coffee que é o mais caro e
437 privilegiaria o espaço, mas não sabe se a Upa consegue atender trezentas pessoas.
438 Conselheiro Adrianis colocou que há normas sanitárias ao local, não permitindo a
439 entrada de alimentos de fora, esbarrou-se com isso para a conferência do idoso, por
440 que não ver lá na UTF? Conselheiro Tierri questionou sobre o coffee, se acham que
441 pode ser reduzido para tentar reduzir o preço, todos concordam? Já que não foi
442 decidido nada o assunto volta para a comissão. Item quatro (4) apreciação do parecer
443 da comissão acompanhamento do SUAS e do FMAS sobre os seguintes assuntos: 4.1
444 - análise dos projetos da Assarte e APACD acerca dos recursos do SUAS para o ano
445 de dois mil e quinze. Conselheira Lucia colocou que estes projetos foram enviados
446 por e-mail e tem alguns itens que necessitam ser retificados, alguns termos que
447 precisam ser complementados. Presidente Beatriz colocou que a comissão considerou
448 o parecer da conselheira Lúcia. Conselheira Lucia reforçou a solicitação que o material
449 seja enviado por e-mail, mesmo que não seja com antecedência, porque fica mais
450 fácil, porque a aprovação acaba sendo na assembleia, dessa forma os conselheiros
451 vão analisando e trocando, acha muito bom isso. Conselheiro Tierri colocou que na
452 primeira reunião da comissão, dia vinte e quatro, foi analisado os planos de aplicação
453 da Assarte e da APACD, em relação a Assarte o plano foi aprovado e com relação a
454 APACD vai ser encaminhado para a entidade, via ofício, a especificação com as
455 alterações necessárias - gastos de material de consumo, mas a principio foi aprovado,
456 vamos aguardar o retorno para ver essas especificações e na próxima reunião ver se
457 conseguimos aprovar, nesta reunião foi discutido o plano de gastos da Gerência de
458 Proteção Especial, as alterações solicitadas na reunião passada foram esclarecidas
459 com a especificação de alguns gastos, como: piso de alta complexidade II repasse
460 apenas à Casa da Acolhida, mas são dois aceites, a outra entidade será definida, foi

461 retirado os testes psicológicos, substituição do coffee break por lanches, foi nominada
462 as instituições que seriam repassadas o piso de transição da média complexidade:
463 APAE, APACD, APROAUT, APADEVI, ASSARTE, ADFPG e CEPRAF, piso de alta
464 complexidade I, no primeiro documento que foi apresentado o valor era quatorze mil
465 oitocentos e sessenta e oito e quarenta e cinco, só que esse piso devido ao aceite
466 que foi feito no ano passado e o reordenamento do serviço de acolhimento ele foi
467 alterado, então o valor de quatorze mil e oitocentos reduziu para nove mil reais e foi
468 criado o piso de alta complexidade para crianças e adolescentes, no valor de quinze
469 mil reais, com valor anual de duzentos e oitenta e oito e antes o valor era de cento
470 sessenta e oito e com esses pisos ficou estabelecido o pagamento de serviços de
471 terceiros -limpeza interna nos abrigos, com o quinze mil, no projeto tinha limpeza
472 externa mas foi retirado porque dentro da prefeitura existe órgão responsável para
473 fazer a limpeza externa; pagamento de serviços de terceiros -lanches em datas
474 especiais para crianças do abrigo como: páscoa, dia das mães, dia das crianças, natal
475 entre outros, foi incluído o gasto com material de construção para pequenos reparos
476 nos abrigos públicos e a capacitação de educadores sociais, que hoje é o grande
477 problema e agora eu (Tierri) na alta complexidade, analisei e sugeri a questão da
478 capacitação para os educadores sociais dos abrigos, com relação ao plano da
479 gerencia especial foi esse e a comissão aprovou dessa forma. Conselheiro Adrianis
480 questionou se os reparos prediais são para prédios públicos. Tierri respondeu que sim.
481 Conselheiro Adrianis falou que não há motivos de gastar dinheiro com reparos sendo
482 que a manutenção a prefeitura deve fazer sem contratação de terceiros. Tierri falou
483 que nesse caso é diferente porque envolve compra de materiais. Conselheiro Adrianis
484 colocou que não, há uma equipe de manutenção, é prédio público, não podemos
485 repagar serviços que a prefeitura tem gente para fazê-lo, todas as secretarias têm uma
486 equipe de manutenção. Conselheira Claudia falou que não tem. Conselheiro Adrianis
487 colocou que a prefeitura tem que se organizar, não acha que o dinheiro da assistência
488 seja para fazer isso, gastar dinheiro dessa forma é desnecessário. Presidente Beatriz
489 colocou que a equipe da SMAS não consegue atender, para manter no mínimo uma
490 estrutura adequada tem que trabalhar com terceiros. Conselheira Claudia colocou que
491 teria que ter uma hiper equipe, como o Adrianis falou cada secretaria ter a sua, a
492 secretaria de educação que tem uma condição melhor é totalmente limitada de
493 profissionais, está precisando de eletricista e não tem, não existe eletricista que queira
494 trabalhar no serviço público e tem que ser através de concurso, a secretaria de
495 educação disponibiliza dinheiro através do Pro Educação para serviço de terceiro, o
496 governo federal repassa sessenta por cento para serviços de terceiros, manutenção
497 predial. Conselheiro Tierri colocou que não é nem serviço de terceiros é só a aquisição
498 do material de construção, porque já entrou em contato com a SMOSP a qual vai
499 entrar com a mão de obra desses reparos, na SMAS hoje tem a divisão de
500 manutenção com dois trabalhadores braçais pra dez CRAS. Conselheira Lucia colocou
501 que pensa assim também, existe uma parte dessa verba que se recebe que é para
502 isso mesmo. Conselheira Claudia falou que a própria secretaria de obras tem o
503 número reduzido de servidores, há quanto tempo não é repostos a mão de obra, a
504 secretaria de obras e educação eram umas das maiores secretarias da prefeitura, hoje
505 a secretaria de obras está reduzidíssima e não consegue repor mão de obra, o
506 Alessandro faz mágica pra trabalhar. Conselheiro José Geraldo falou que quando

507 solicita é uma demora as vezes não se consegue mesmo. Conselheiro Adrianis
508 colocou uma observação ao projeto da APACD, vinte e cinco mil reais de combustível,
509 quando a comissão fez visita na entidade haviam quatro Kombis paradas, eles tem
510 convênio que também consta combustível. Conselheiro Tierri colocou que não sabe se
511 todas estão paradas, mas a entidade faz o transporte dos usuários, com certeza o
512 gasto com combustível é elevado. Conselheira Lucia falou que este é um plano, um
513 projeto, então, foi muito focado de que precisa, na sequência será acompanhado o
514 relatório desses gastos, não significa que vai acontecer, que essa verba será para
515 isso, quando fechar o ciclo será verificado, vinte e cinco mil, então quero ver as notas.
516 Conselheiro Cleber colocou que a instituição consegue comprovar, gastar vinte e cinco
517 mil em combustível não necessariamente sendo aquele carro, então essa análise,
518 essa discussão era necessária porque depois você consegue, são poucos os projetos
519 que você não consegue manipular, a maioria você consegue. Conselheiro Adrianis
520 colocou que lhe chamou a atenção o valor, 50% do convênio, eles têm quatro
521 convênios, são conveniados com a saúde, com a educação, com a assistência, uma
522 coisa as pessoas têm que ter muito claro: debaixo do sol se esconde pouquíssimas
523 coisas e cedo ou tarde o sol brilha. Conselheiro Tierri colocou; "só para encerrar esse
524 assunto, como todos sabem os recursos das entidades muitas vezes não são
525 suficiente pra cobrir tudo o que seria necessário, eu vejo assim, se a entidade num
526 recurso a mais tem o recurso do SUAS, se ela solicita combustível é porque ela
527 precisa, ela não solicitaria isso se não fosse necessário, se fosse um gasto ilegal, se
528 fosse um material permanente acho que vale a ressalva, mas se eles estão pedindo."
529 Conselheira Lucia falou que sinceramente para ela vinte e cinco mil para combustível
530 não chamou a atenção. Conselheira Vanduirea colocou que não acha que é por ai, que
531 tem que analisar se estão gastando errado, não sabia que a APACD solicitava para
532 outros conselhos recursos para combustível, está pedindo por quê? Tem que ter uma
533 objetividade, não é pedir por pedir. Conselheiro Adrianis colocou que a fala está
534 calcada na psicologia chamada do principio de ingenuidade, criança ingênua, qual a
535 coisa mais fácil para se fazer hoje nos convênios? se quiséssemos burlar qualquer tipo
536 de notas que temos, combustível é o mais fácil, nota de alimentação, gastou-se,
537 comprou-se cinco mil e a entidade consegue uma nota de doze, paga o ICMS da
538 nota, "estou dizendo para vocês, a Vanduirea está certa, nos temos que pensar, o
539 tribunal de contas e a controladoria fazem esse pensamento que a Vanduirea fez, agora
540 pega as notas e passa um pente fino nela porque todo mês aparece essa despesa
541 redonda, não estou dizendo que alguma entidade faça isso." Na sequência, o
542 conselheiro Tierri colocou que a comissão do fundo e do SUAS discutiu que na
543 gerencia de proteção social básica são sete pisos que foram reprogramados, então
544 reprogramação, é quando sobra recursos na conta e a partir do próximo ano há saldo
545 de repasse mais rendimentos, saldo que também pode ser gasto, essa é a lógica da
546 reprogramação, então, o piso básico fixo, (recurso para os CRAS) o valor disponível é
547 de R\$ 100.095,00 (cem mil e noventa e cinco reais), proposta: serviços de pessoa
548 jurídica para melhoria das instalações físicas do CRAS. O segundo piso IGD bolsa:
549 único piso onde é possível adquirir material permanente, valor de R\$ 131.579,00
550 (cento e trinta e um mil quinhentos e setenta e nove reais), proposta: aquisição de um
551 veículo no valor de trinta e seis mil para o CRAS/CEU, aquisição de móveis para
552 escritório, divisórias e persianas para o CRAS/CEU, unidade móvel e demais CRAS já

553 existentes, dois notebooks, serviço de terceiros pessoa jurídica para pagamento do
554 contrato de cópias e impressoras, onze impressoras para os CRAS. Piso básico
555 variável II, Pró-jovem adolescente e o Piso variável de media complexidade são pisos
556 que não existem mais, migraram para o piso chamado Serviço de Convivência e
557 Fortalecimento de Vínculos, mas ainda existe saldo nas contas. Piso Básico Variável
558 II: R\$ 127.043,00 (cento e vinte e sete mil e quarenta e três reais), proposta: serviço
559 de terceira pessoa jurídica para reparos e melhorias nos CRAS, como é o serviço de
560 convivência no CRAS se justifica essa proposta. Pró-jovem, valor de R\$ 50.970,00
561 (cinquenta mil novecentos e setenta), proposta: aquisição de material de consumo
562 para oficinas, material de expediente e alimentação para os CRAS. Piso variável de
563 media complexidade, valor de R\$ 124.969,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e
564 sessenta e nove reais), proposta: serviço de terceiros - pessoa jurídica, contratação de
565 empresa para realização de oficinas de musicalização, atividades de esporte e
566 recreação. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, R\$ 112.287,00
567 (cento e doze mil duzentos e oitenta e sete reais), proposta: contratação de serviço de
568 terceiros - pessoa jurídica para contratação de passeios para os dez CRAS, um para
569 cada CRAS, para quarenta pessoas e aquisição de material de consumo para oficinas
570 e material de expediente e alimentação. ACESSUAS/Trabalho, R\$ 285.797,00
571 (duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais), proposta: contratação
572 de serviços de terceiros pessoa jurídica para contratação de empresa especializada
573 em prestação de serviços para execução de um projeto social voltado para
574 adolescentes de quinze a dezoito anos, a empresa deverá comprovar capacidade
575 técnica operacional, trabalhar com esporte, cultura, participação social cidadã e
576 inserção ao mundo do trabalho, então são pequenos cursos que as crianças de quinze
577 a dezoito anos. Taisa colocou que trata-se de contratação de uma empresa
578 especializada para três cursos com duração de três meses, isso pode ser ao mesmo
579 tempo, mas seriam três cursos separados, são cento e oitenta vagas, turmas de
580 manhã e a tarde porque a faixa etária de quinze a dezoito anos é difícil atingir no
581 serviço de convivência porque estão buscando essa questão do trabalho e não estão
582 conseguindo porque o público da assistência é diferenciado, mesmo nos cursos do
583 PRONATEC não estão conseguindo acompanhar devida a baixa escolaridade e outras
584 dificuldades, então esses cursos seriam uma preparação para o mundo do trabalho,
585 para que conheçam as profissões, tenham preparação para uma entrevista, para
586 preparação de um currículo, é um curto espaço de tempo, seriam três meses, não é o
587 serviço de convivência que dura o ano todo, é um espaço para que tenham essa
588 convivência entre os próprios jovens e adolescentes, despertando para o mundo do
589 trabalho. Conselheiro Tierri colocou que o segundo item também serviço de terceiros:
590 contratação de empresa especializada para execução de curso de qualificação
591 profissional nas áreas de informática básica e administrativa, sessenta vagas com
592 curso de quatro meses, duas turmas de manhã e duas à tarde, com trinta
593 adolescentes no valor de quarenta mil, material de divulgação, informativos,
594 contratação de empresa para banners, cartazes, cartilhas, folders e panfletos que é
595 também divulgação para o mundo de trabalho, contratação de empresa especializada
596 para entrega de lanches prontos; periódico, um jornal de divulgação do ACESSUAS no
597 valor de oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, contratação de cursos de
598 auxiliar administrativo, informática básica, web designer, no valor de treze mil e

599 quinhentos, serviço de terceiros pessoa física, estagiário que compõe a equipe do
600 ACESSUAS no valor de nove mil quatrocentos e cinquenta e seis, material para
601 distribuição gratuita, créditos de transporte para o estagiário e para locomoção dos
602 adolescentes participantes das ações propostas e por fim material de consumo para
603 oficinas e material de expediente, essa é a reprogramação da gerencia de proteção
604 social básica. Gerência de proteção social especial: Piso de alta complexidade I R\$
605 36.407,00 (trinta e seis mil quatrocentos e sete reais), proposta: aquisição de materiais
606 para reformas, tintas, torneiras, chuveiros, cimento, pedra, cal, areia, entre outros,
607 para reparo nas unidades dos abrigos. Piso de alta complexidade II no valor de R\$
608 103.150,00 (cento e três mil cento e cinquenta reais) que é o saldo acumulado para
609 repasso da residência inclusiva, saiu no site da prefeitura hoje que a câmara aprovou
610 o plano de aplicação dos dez mil reais mensais para a Nossa Senhora de Lourdes,
611 então é um saldo que temos para pelo menos um ano, nós conseguimos garantir o
612 repasso para essa instituição. Piso Residência Inclusiva que é um piso estadual do
613 recurso da residência inclusiva no valor de cinco mil reais mensais que começou a ser
614 pago no ano passado também será para a Nossa Senhora de Lourdes como parte da
615 residência inclusiva e o último é o recurso do PETI no valor de R\$ 50.676,00
616 (cinquenta mil setecentos e setenta e seis reais), proposta: aquisição de materiais de
617 divulgação e coffee break, esse programa faz trabalhos em escolas com professores,
618 empresas, o coffee seria para ajudar na divulgação do programa. Conselheira Lucia
619 colocou que aprendeu é que em projetos ou planos palavras como etc e outros não
620 devem constar, coloca tudo ou tira fora. Conselheiro Tierri colocou que é uma
621 exemplificação do que pode ser contratado. Conselheira Lucia: é só cortar.
622 Conselheiro Adrianis questionou à gerencia de proteção social básica a aquisição de
623 carro e notebooks para o CEU. Taísa respondeu que o carro é específico para o CRAS
624 e o CRAS corresponde a assistência e os notebooks são para unidade móvel.
625 Conselheiro Adrianis indagou quais as unidades moveis, respondido pela Taísa que
626 uma unidade unidade móvel que está em fase experimental, fazendo atendimento
627 para comunidades que não tem acesso ao CRAS. Conselheiro Adrianis: “ e o serviço
628 de pessoa jurídica contrato de cópias de impressão, sessenta e oito mil e quatrocentos
629 ano, onze impressoras.” Taísa: é um contrato que já está previsto desde ano passado,
630 foi aprovado para reprogramação do ano passado, mas acabou saindo agora porque
631 dependeu de parecer jurídico para aprovar. Conselheiro Adrianis: “serviço de terceiro
632 pessoa jurídica contratação de empresa especializada em prestação de serviços para
633 musicalização, cento e vinte e quatro mil?” Taísa: não é só musicalização, tem esporte
634 e recreação, o que acontece atualmente é que a SMAS não tem profissional de
635 educação física e é uma das necessidades, só que esta difícil conseguir esse
636 profissional. Conselheiro Adrianis: “podia fazer vínculo de estágio, extensão.” Taísa:
637 “até o ano passado haviam estagiários, mas dependia do profissional de educação
638 física da secretaria de esportes para assinatura, mas não aceitam mais porque cada
639 profissional pode se responsabilizar por somente dois estagiários. Conselheiro Tierri
640 colocou que o parecer da comissão foi favorável para os dois planos de gastos,
641 gerencia especial e gerencia básica. **Aprovado por unanimidade conforme**
642 **Resoluções/CMAS/Nº09/10/11/2015.** Presidente Beatriz passou ao item cinco da
643 pauta, apreciação do parecer da comissão de monitoramento e análise de projetos
644 sobre os seguintes assuntos: 5.1- Resposta ao Ofício/CMAS nº 7/2015 da Colmeia

645 Espírita Cristã Abegail; Conselheiro Adrianis colocou que o CEBAS oficiou ao CMAS
646 que havia uma cláusula no contrato de prestação de serviços entre a Colmeia e os
647 usuários que não estava em consonância com o artigo 48 do Estatuto do Idoso, que
648 preserva 30% dos rendimentos do idoso para custeio de despesas pessoais, em conta
649 específica e pode-se usar até setenta por cento dos proventos do idoso para custeio
650 da entidade, em caso de morte o recurso retorna à família. No caso da Colmeia
651 constava no contrato a utilização do recurso para custear despesas individuais dos
652 idosos tipo fralda, medicamentos, etc, o CEBAS solicitou um parecer do CMAS, após
653 oficiado a presidente da entidade a resposta ao CMAS ocorreu mediante ofício
654 colocando que todos os contratos foram alterados, o parecer da Comissão é
655 encaminhar para o CEBAS para que a entidade tenha garantia de registro, **aprovado**
656 **por unanimidade**. 5.2- Solicitação de alteração do Plano de Aplicação e Proposta de
657 um novo projeto da JOCUM. Conselheiro Adrianis colocou que a JOCUM solicitou uma
658 alteração no plano de aplicação (convênio 2377/2015, substituindo código
659 3.3.90.30.30.00 Material de Comunicação para o código 3.3.90.39.58.00 Serviços de
660 Telecomunicações. Esta mudança, não alterará o valor final do projeto, á apenas uma
661 substituição de códigos), como está dentro da mesma rubrica orçamentária não há
662 problema em ser alterado, parecer positivo da comissão, **aprovado por unanimidade**.
663 Conselheiro Adrianis colocou que a JOCUM apresentou a proposta de termo aditivo de
664 convênio aumentando mais setenta metas comprovadamente com demanda de
665 contraturno, a comissão está verificando a viabilidade, se há recurso para o aditivo, se
666 houver recurso financeiro o parecer da comissão é favorável. Conselheiro Cleber
667 ressaltou que é para crianças de zero a seis anos. Conselheiro Adrianis lembrou que a
668 Resolução/ CNAS/ N°14 de 13/05/2014 implementa os “ciclo da vida”, no serviço de
669 convivência e fortalecimento de vínculos, lembrando que a proposta foi aprovada, mas
670 ainda pendente quanto aos recursos. Conselheiro Tierri falou que a Comissão de
671 Monitoramento e Análise de Projetos pretende chamar o Presidente do JOCUM para
672 conversar sobre “outras ideias” de projetos e também para que ele contribua com o
673 município, como é de costume. **Aprovado por unanimidade**. 5.3- Discussão sobre o
674 atendimento da demanda deixada com o fechamento da unidade Jardim Três Rios do
675 SCFV do SOS. Conselheiro Adrianis falou que vai colocar a memória, leitura: “O
676 *conselheiro Tierri colocou que foram dez votos a favor contra sete*”, nessa ata 246 que
677 aprovou o contraturno ano passado, “*será dado sequência da leitura no parecer da*
678 *comissão*”, o conselheiro Adrianis ressaltou a importância do parecer da comissão
679 para que este projeto se faça conhecer, “O *conselheiro Clóvis continuou: “a instituição*
680 *mais fiscalizada de todas, a mais cobrada e a mais correta de todas é o SOS, cem por*
681 *cento eu afirmo para vocês, qualquer um deles aqui vai dizer, talvez essa seja a*
682 *entidade mais correta de todas, eles falam que o SOS foi fundado há 40 anos pela*
683 *primeira dama e que fazem caridade para os pobres, mas eles esqueceram que ano*
684 *passado eles mandaram mudar todo o regimento interno do SOS e foi mudado. O*
685 *conselheiro Clóvis perguntou qual o objeto desse projeto. O conselheiro Tierri*
686 *respondeu que o Projeto Pequeno Cidadão propõe o serviço de proteção social básica*
687 *- convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 16*
688 *anos. Após discussão sobre a aprovação ou não deste projeto, o conselheiro Clóvis*
689 *falou: “nós vamos fazer o seguinte, nós vamos prosseguir, o foco é esse projeto, o*
690 *objeto está ali, crianças de 6 a 16 anos, serão determinadas as correções para o*

691 projeto, já estão apontadas naquele material, que é algum parecer, então que fique
692 bem claro, tem parecer da comissão, tem apontamentos e o conselho está aprovando
693 nesse momento, está votando a aprovação do projeto com as ressalvas do parecer e
694 o conselho está dando autoridade nesse momento à presidente, que faça as
695 alterações necessárias para que o projeto se torne plenamente apto, essa é a
696 palavra, nós estamos votando o projeto pequeno cidadão - serviço de proteção social
697 básica de convivência e fortalecimento de vínculos para que ele seja apto por mérito,
698 deve ser aprovado por mérito". Há um ano nós aprovamos este projeto e agora nós
699 temos que novamente voltar à discussão, porque o projeto que foi aprovado de todas
700 as questões que foram levantadas, de todos os apontamentos, não cumpriu com
701 aquele que o conselheiro apontou "apto", ele fechou as portas em janeiro à revelia do
702 conselho, foi lá fechou e acabou, e agora começamos a conversação, a Secretária na
703 época Beatriz recebeu, a Juíza nos lembrou que nós tínhamos que resolver esta
704 questão, sabem por quê? Porque a Presidente do SOS Adriane Tokutake disse para a
705 Neusa dos Três Rios que quem fechou foi o Conselho, existe uma verba também,
706 chegou aos ouvidos da Juíza que o CMAS tinha liberado e exigido demais e qual foi o
707 parecer que foi dado sobre esse projeto ano passado todo? Qual era o parecer que o
708 CMAS tinha alinhavado? Que era para dar continuidade, o CMAS deu parecer para
709 fechar? Não, mas simplesmente houve o fechamento, as crianças ficaram a ver
710 navios, aumentou-se a expectativa, criou-se um mar de coisas e agora o filho não é de
711 ninguém, e nós aqui nessa sala aprovamos por mérito. Conselheira Patrícia colocou
712 que essa questão da Juíza ela não sabia, mas o SOS explicou os fatos, as
713 dificuldades da gestão, a Adriana e o pessoal do SOS, essa questão do assalto, a
714 questão dos funcionários, as dificuldades por ser um local bastante distante, o SOS
715 apresentou as justificativas, "realmente nós aprovamos concordo com você", mas
716 infelizmente não deu certo, o SOS teve dificuldades, mas dificuldades essas que foram
717 apresentadas, você (Adrianis) participou de alguma reunião que "elas" (SOS)
718 apresentaram e você discorda desses motivos? Conselheiro Adrianis respondeu:
719 "participei de todas as reuniões, a Andréia colocou a culpa nos funcionários e os
720 funcionários a desmentiram, nenhum dos funcionários reclamou de estar lá, ela foi
721 desmentida pelos funcionários." Conselheira Vanduirea perguntou por que fechou.
722 Conselheiro Adrianis respondeu: "a questão foi um roubo, um buraco pequeno que foi
723 feito na parede e que não havia viabilidade, o que ficou claro na comissão nós
724 discutimos isso, incapacidade gerencial, eles assumiram um projeto e não sabiam o
725 que fazer, eles não tinham conhecimento do que fazer com o contraturno, os
726 problemas foram crescendo e aí chegou onde chegou, eu estou dizendo isso hoje
727 porque houveram pessoas neste conselho que deram a cara para bater, aguentaram
728 desaforos inclusive meus, eu fui grosseiro com algumas pessoas aqui e essas
729 pessoas foram traídas porque na hora de fechar, se nós não tivéssemos oficiado, eles
730 não teriam nos avisado e não estou mentindo e aí as sessenta crianças que estavam
731 uma semana, foi feito reunião com as mães, e na sexta-feira foi fechado o projeto, a
732 Juíza determinou que a secretaria de assistência tinha que dar um destino, teve uma
733 reunião com a comunidade, primeiro foi chamado três entidades: APAM, Nova História
734 e Casa do Piá, esta última está com a casa lotada não tem condições, a APAM e a
735 Nova História ficaram de assumir essas crianças que sairão de lá para essas
736 entidades, não temos transporte e nesse momento ainda é longe, sábado teve uma

737 reunião com as mães que acharam que era para voltar e não era, e, como empecilho
738 as crianças são muito pequenas e não tem condições para ir, terça-feira nós
739 conversamos, estamos tentando algumas possibilidades com a Maria Lucia que é
740 umas das responsáveis pelo contraturno junto a proteção social básica, estamos
741 encaminhando algumas propostas e entre nós vamos chamar uma entidade para
742 conversar e há uma proposta para poder vincular uma atividade mensal, eu só quero
743 dizer que esses passos que nós estamos dando, nós estamos dando por um respeito
744 profundo às crianças, coisa que eu não vi da parte do SOS, eu ouvi, nessa mesma
745 mesa, que aquele projeto era a pupila dos olhos da presidente.” Conselheiro Tierri
746 colocou que durante todo o ano passado, além do projeto Três Rios naquela região
747 que não existe nenhuma outra política pública apta para atender crianças e famílias.
748 Conselheira Claudia colocou: “a Secretaria de Educação está vendo se alguma escola
749 tem a possibilidade de tornar-se tempo integral para atender mais crianças e quanto
750 ao fechamento dá o exemplo da educação: de 2000 a 2004 teve um projeto chamado
751 “catavento” que atendia as crianças, era lá na AABB, trabalhava muito bem,
752 funcionava redondinho, fechou sem nenhuma explicação e sem nenhum
753 “realocamento” das crianças, simplesmente acabou, então eu acho assim que não é o
754 primeiro projeto e não é o último projeto que vai acontecer isso, seja SOS, seja
755 instituição, seja convênio, sendo que na AABB funcionava direitinho tanto que
756 funcionava direitinho que foi retomado este projeto pela secretaria de educação com
757 outro nome mas foi retomado, então, se existe falhas, falhas acontecem com toda
758 certeza, nós somos humanos, se a gente não fosse humano a gente não estaria aqui
759 com toda certeza, então eu acho que tem razão, houve muitas dificuldades a pressão
760 que foi feito em cima é uma coisa que desgasta muito, falhas existem, é fácil a gente
761 apontar, existe um ditado que diz que quando eu aponto um dedo não dá para a gente
762 esquecer que estamos apontando três para a gente.” Conselheiro Adrianis indagou
763 quem veio pedir esse convenio ao conselho? Quem veio pedir ao conselho que queria
764 fazer contraturno? Conselheiro Tierri respondeu: O SOS. Conselheiro Adrianis
765 questionou quem veio a este conselho dizer que faria contraturno? Conselheiro Tierri
766 respondeu a entidade. Conselheiro Adrianis questionou: “quem disse que executaria
767 esse serviço com a primazia que a resolução 43 pede? Quem foi? Foi o SOS.
768 Conselheira Claudia falou: “ninguém faz alguma coisa pensando que vai errar.”
769 Conselheiro Adrianis colocou que demos todas as orientações, seguimos passo a
770 passo, a sua defesa é inócua, é defender o que não tem defesa, eles erraram
771 seguramente e erraram ociosos o erro que é a pior parte, expuseram aquelas
772 crianças, elevaram a expectativa daquelas famílias, é absurdo pensarmos que nós
773 aprovamos para agora, você (Claudia) não ouviu o que nós ouvimos o que a Juíza
774 disse, nos expor ao ridículo, nós seríamos os últimos a saber isso. Conselheira
775 Claudia: “eles erraram conselheiro Adrianis? Se erraram, eles deveriam ter vindo aqui
776 se explicar eu não estou dizendo quanto a esse fato, eu já falei que não há
777 necessidade de se exaltar tanto assim, nós estamos conversando.” Conselheiro
778 Adrianis respondeu, é que a sua defesa me parece ser sempre uma defesa do
779 indefensável. Conselheira Claudia colocou que não está defendendo ninguém ela está
780 colocando alguns fatos que também aconteceram, que outras pessoas falharam.
781 Conselheiro Adrianis colocou que chegamos ao limite, a Carla orientou
782 exaustivamente, a Beatriz seguidamente orientando, e aí fecharam e deixaram

783 aquelas crianças sem absolutamente nada, baixaram o caminhão lá, colocaram o que
784 era deles dentro e foram, e os movimentos seguintes aconteceram porque nós
785 solicitamos, não haveria nenhum movimento de repatriar essas crianças. Conselheiro
786 Cleber concordou com as falas e acha que trazem dois pontos: durante o ano passado
787 os conselheiros não governamentais apontaram uma série de erros técnicos que o
788 projeto estava tendo, mas ocorreu uma “forçação de barra” que levou este Conselho a
789 aprovação. Conselheira Claudia colocou que vê que foi uma questão de crédito, a
790 Beatriz deu um crédito, eu dei um crédito a gente deu um crédito para que o projeto
791 desse certo. Conselheiro Cleber respondeu: “primeiro a palavra crédito não cabe,
792 segundo, que todos nós que sentamos aqui nessa cadeira, na época usei a palavra
793 competência e muitos colegas ficaram chateados comigo quando usei essa palavra e
794 ai fui pra casa pensando que é nossa tarefa sentar aqui e discutir tudo que tem nessa
795 mesa, quando eu quis dizer competência era de buscar esses documentos, aí alguns
796 conselheiros disseram que já tem o seu trabalho eu não são obrigados a fazer isso,
797 mas sentar nessa cadeira pede isso de nós, então aí nós vamos para o mérito e fica
798 muito complicado,mas o passado ficou pra trás.” Conselheiro Adrianis chamou o
799 parecer da comissão: “são dois encaminhamentos práticos à questão, o primeiro será
800 se as crianças quiserem começam a participar das atividades onde elas se
801 apresentarem e o segundo passo é que vamos nos próximos encontros de comissão
802 discutir isso de forma aprofundada, só penso naquilo que ouvi terça-feira da assistente
803 social, ela disse que uma criança olhou no olho dela bem fundo e disse assim: vai
804 voltar? Abraçou-a pela cintura, se tivéssemos que tirar uma lição de tudo isso é que
805 nem sempre o que é bom e agradável é legal e não propicia construção de cidadão de
806 direitos, aquelas crianças vão lembrar para sempre de que alguém falhou com elas e a
807 despeito do que a gente acha da nossa humanidade, de fato nós não somos perfeitos,
808 mas nós temos a condução da vida de muita gente nas nossas mãos nessas reuniões
809 e brincar às vezes com essas vidas pode nos frustrar futuramente com coisas mais
810 simples, me desculpe pela exaltação e pela perda de paciência, eu quero de público
811 dizer que a Beatriz fez um trabalho muito bom nesse período com esse problema nos
812 Três Rios, poucos de vocês sabem o que ela teve de ouvir e suportar por conta disso
813 mas soube conduzir tudo com muita dignidade e com muito respeito e a Beatriz
814 sempre teve o olhar fixo naquelas crianças e isso de fato fez toda diferença, parabéns
815 Beatriz.” Conselheiro Tierrri colocou que a comissão está pensando em alternativas
816 para atender esse público e a primeira delas é esse encontro mensal que a Maria
817 Lucia propôs a organizar em um sábado em um horário alternativo, que as famílias e
818 as mães participem num esquema de oficinas para realmente não perder o vínculo
819 com essas crianças e a ideia da comissão é tentar de alguma forma voltar com o
820 projeto lá, então esse é o nosso trabalho daqui pra frente com relação aos Três Rios.
821 Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Beatriz de Souza
822 encerrou a reunião às quatro horas e vinte e cinco minutos. Esta ATA foi transcrita
823 pelas assistentes administrativas Patrícia Mitui e Cleusa Szreider e redigida por mim,
824 Carla Buhner Salles Rosa, secretária executiva que, após aprovada segue assinada
825 pela Presidente e demais conselheiros presentes
826 Beatriz de Souza (Presidente)_____

827 Tierrri Rafael Ribeiro Angeluci (Vice-Presidente)_____

828 Josemar Severino_____



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

- 829 Taisa de Cassia Gomes _____
- 830 Daniele Antoni Calixto Strack _____
- 831 Cláudia Daniela Coneglian _____
- 832 Vanduirea Arcoverde da Silva _____
- 833 Patrícia Ecave _____
- 834 José Geraldo Berger _____
- 835 Adrianis Galdino da Silva Junior _____
- 836 Lúcia Pereira Wolf _____
- 837 Cleber Paula Santos _____
- 838 Lilian Klimiont _____
- 839 Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro _____